

## REQUERIMENTO

Exmo. Senhor Presidente da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas,

Na última audição regimental do Ministro dos Negócios Estrangeiros, no passado dia 28 de Março, um dos temas que dominou o debate na Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas foi a situação de instabilidade política e a insegurança que se vive na Venezuela, com consequências humanitárias graves para a vasta e activa comunidade portuguesa radicada naquele país.

No entretanto, notícias chegadas da Venezuela aumentam a preocupação do CDS-PP relativamente ao agravamento da situação bem como das eventuais consequências que daí possam resultar para os portugueses e lusodescendentes que lá residem.

Sem prejuízo de compreendermos o carácter reservado da matéria em questão e da sua sensibilidade, que justificou as respostas evasivas prestadas pelo Senhor Ministro dos Negócios Estrangeiros, na passada semana, entendemos ser do interesse da Comissão, para um melhor conhecimento e aprofundamento sobre a atuação do Governo na defesa das comunidades portuguesas na Venezuela, realizar uma audição à porta fechada com o Senhor Ministro.

A relevância desta audição é reforçada com a informação transmitida pelo próprio Ministro dos Negócios Estrangeiros de que teria assumido pessoalmente a coordenação interministerial das medidas e diligências a adotar pelo Estado Português.

Não obstante, e antes da referida audição, no entender do CDS-PP é necessário compreender a evolução da situação na Venezuela, por forma a garantir um conjunto de informações aos deputados desta comissão que possam fundamentar aquela audição.

Nestes termos, solicitamos a V.Ex.<sup>a</sup>, o Senhor Presidente da CNECP, que possa convidar os Senhores Embaixadores português e venezuelano, em Caracas e Lisboa, respetivamente, para reunir, tão cedo quanto possível, com a Comissão, com carácter reservado, correspondendo assim interesse nacional, à necessária reserva sobre este assunto, bem como ao espírito de cooperação e abertura institucional que tem orientado a atividade desta Comissão.

Palácio de S. Bento, 4 de Abril de 2017,

Os Deputados

Filipe Lobo d'Ávila

Filipe Lobo d'Ávila

Nuno Magalhães

Nuno Magalhães